

Os candidatos, em sede de audiência de interessados, dispõem de 10 dias úteis, a contar da data de publicação do presente aviso, para, se assim entenderem, apresentarem as suas alegações, por escrito, endereçadas ao júri do concurso e enviadas ao Serviço de Expediente da ARSC, IP, sito na Alameda Júlio Henriques, apartado 1087, 3001-553 Coimbra.

Mais se informa, que o processo de concurso se encontra disponível para consulta, durante o prazo supra mencionado, nas instalações da ARSC, IP na Alameda Júlio Henriques 3001-553 em Coimbra, observando-se, para o efeito, os seguintes períodos: 9h30 — 11h30 e 14h00 — 16h00, cuja marcação deverá ser efetuada prévia e simultaneamente para os endereços electrónicos apovoas@arscentro.min-saude.pt e gualter.aires@srscoimbra.min-saude.pt

Após a publicação do presente aviso no *Diário da República*, a referida lista será publicitada na página eletrónica da Administração Regional de Saúde do Centro, I. P. — [www.arscentro.min-saude.pt](http://www.arscentro.min-saude.pt) (área de recursos humanos) e afixada no Placar das instalações da Administração Regional de Saúde do Centro, I. P., sitas na Alameda Júlio Henriques em Coimbra.

15 de abril de 2013. — O Presidente do Conselho Diretivo, *Dr. José Manuel Azenha Tereso*.

206895737

## Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P.

### Aviso (extrato) n.º 5295/2013

Por despacho do Vogal do Conselho Diretivo de 20/11/2012 e nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, aplicável por remissão do n.º 2 do artigo 73.º da Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, torna-se público que Margarida Leonor Falcão de Almeida Metelo, concluiu com sucesso o período experimental, na sequência da celebração do contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado com a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P., para desempenho de funções correspondentes à categoria de enfermeiro, da carreira especial de enfermagem, no ACES da Grande Lisboa XII — Vila Franca de Xira, sendo o tempo de duração do período experimental contado para efeitos da atual carreira e categoria.

5 de abril de 2013. — O Vogal do Conselho Diretivo da ARS de Lisboa e Vale do Tejo, I. P., *Dr. Pedro Emanuel Ventura Alexandre*.

206892829

### Aviso n.º 5296/2013

**Procedimento concursal comum para recrutamento de trabalhadores com vista à constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, para o preenchimento de 2 postos de trabalho na carreira e categoria de técnico superior no âmbito do mapa de pessoal da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P.**

Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 6.º e no artigo 50.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se público que, por despacho exarado por delegação de competências, do Vogal do Conselho Diretivo deste Instituto, de 8 de abril de 2013, se encontra aberto procedimento concursal comum, pelo prazo de 10 dias úteis a contar do dia seguinte à data da publicitação do presente aviso no *Diário da República*, tendo em vista o preenchimento de 2 postos de trabalho da carreira e categoria de técnico superior do Regime Geral, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, do Mapa de Pessoal da ARS Lisboa e Vale do Tejo, I. P., Serviços de Âmbito Regional.

Para efeitos do estipulado no n.º 1 do artigo 4.º e artigo 54.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, declara-se não estarem constituídas reservas de recrutamento próprias, presumindo-se igualmente a inexistência de reservas de recrutamento constituídas pela ECCRC, porquanto não foram ainda publicitados quaisquer procedimentos nos termos dos artigos 41.º e seguintes daquela Portaria.

1 — Caracterização do posto de trabalho e perfil de competências: Exercício, com autonomia e responsabilidade, de funções de estudo, conceção e aplicação de métodos e processos inerentes à sua qualificação profissional.

Conteúdo Funcional — Um posto de trabalho destina-se a assegurar o desenvolvimento de tarefas adstritas ao Departamento de Recursos Humanos e outro dos postos de trabalho colocados a concurso, destina-se a assegurar o desenvolvimento de tarefas adstritas ao Gabinete Jurídico e do Cidadão.

### 2 — Local de trabalho

As funções serão exercidas nas instalações da Sede da Administração Regional de Lisboa e Vale do Tejo, I. P. e mais concretamente no Departamento de Recursos Humanos e ou Gabinete Jurídico e do Cidadão.

### 3 — Legislação aplicável

O presente concurso rege-se pelas disposições contidas na Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, com as alterações introduzidas pelas Leis n.ºs 64 -A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31 de dezembro, 64-B/2011, de 30 de dezembro, e 66-B/2012, de 31 de dezembro, conjugada ainda com a Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril.

### 4 — Âmbito de recrutamento

Nos termos do n.º 4, do artigo 6.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, só podem ser admitidos ao presente concurso os trabalhadores que tenham previamente constituída relação jurídica de emprego público, titulada por contrato de trabalho por tempo indeterminado, sendo que o recrutamento deve iniciar-se pelos candidatos detentores de uma relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado que se encontrem em situação de mobilidade especial.

### 5 — Requisitos de admissão

5.1 — São requisitos gerais de admissão, os definidos no artigo 8.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro:

- a) Ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos excetuados pela Constituição, lei especial ou convenção internacional;
- b) Ter 18 anos de idade completos;
- c) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções a que se candidata;
- d) Possuir robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício de funções;
- e) Ter cumprido as leis da vacinação obrigatória.

### 5.2 — São requisitos especiais:

- a) Titularidade do nível habilitacional: Licenciatura em Direito.
- b) Detenção de relação jurídica de emprego público previamente constituída, por tempo indeterminado.

5.3 — A apresentação dos documentos comprovativos das situações previstas no ponto 5.1 do presente aviso é dispensada nesta fase, desde que, o candidato declare no formulário de admissão ao concurso o compromisso de honra, a situação prevista em que se encontra em cada um dos requisitos.

5.4 — Não podem ser admitidos candidatos que, cumulativamente, se encontrem integrados na carreira e, não se encontrando em mobilidade, ocupem postos de trabalho previstos no mapa de pessoal da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, idêntico ao objeto do presente procedimento.

### 6 — Posicionamento remuneratório

A determinação do posicionamento remuneratório observa o disposto no artigo 38.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro.

### 7 — Prazo de validade

O presente recrutamento destina-se ao preenchimento dos postos de trabalho colocados a concurso, considerando-se concluído após a ocupação definitiva dos mesmos.

### 8 — Formalização das candidaturas

8.1 — Nos termos conjugados dos artigos 27.º e 51.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterados pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de junho, as candidaturas deverão ser formalizadas mediante preenchimento obrigatório do formulário tipo, disponibilizado no portal da ARS Lisboa e Vale do Tejo, I. P. ([www.arslvt.min-saude.pt](http://www.arslvt.min-saude.pt)), e entregues pessoalmente ou remetidas pelo correio, registado e com aviso de receção, para a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, sitas na Avenida Estados Unidos da América n.º 75, 2.º Piso, 1749-046 Lisboa, no período compreendido entre as 09h30 e as 17h00, com indicação do posto de trabalho a que se candidata.

8.2 — A apresentação do formulário de candidatura deverá ser acompanhada, sob pena de exclusão, dos seguintes elementos:

- a) Cópia dos documentos de identificação (Bilhete de Identidade/ Cartão de Cidadão; NIF);
- b) Currículo profissional detalhado, devidamente assinado, donde constem, para além de outros elementos julgados necessários, os seguintes: habilitações literárias, funções que exercem e exerceram, bem como a formação profissional detida;
- c) Documento comprovativo das habilitações literárias;
- d) Documento comprovativo das habilitações profissionais, cursos e ações de formação com indicação das entidades promotoras e respetiva duração;
- e) Declaração passada pelo órgão ou serviço onde exerce funções da qual conste a identificação da relação jurídica de emprego público previamente estabelecida, carreira e categoria de que o candidato seja

titular e atividade que executa, bem como experiência profissional, nos termos do ponto ii) da alínea d) do n.º 1 do artigo 27.º;

f) Comprovativo do referido na alínea f) do n.º 3 do artigo 19.º, e declaração de avaliação de desempenho, nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 11.º, da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterado pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de junho.

8.3 — As falsas declarações prestadas pelos candidatos serão punidas nos termos da lei. Assiste ao Júri a faculdade de exigir a qualquer candidato, em caso de dúvida sobre a situação que descreve no seu currículo, a apresentação de elementos comprovativos das suas declarações.

#### 9 — Composição e identificação do Júri

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 20.º da mesma Portaria, determina-se que o Júri do presente procedimento terá a seguinte composição:

Presidente: Ana Cristina Alves Alvarez, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, sede da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, IP;

1.º Vogal efetivo: Manuel Maria Vilas Boas Tavares, Coordenador do Gabinete Jurídico e do Cidadão, sede da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, IP;

2.º Vogal efetivo: Maria do Céu Vital Miranda, técnica superior do Gabinete Jurídico e do Cidadão, sede da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, IP;

1.º Vogal suplente: João Bernardo Rodrigues Gomes da Silva, Técnico Superior do Departamento de Recursos Humanos, sede da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, IP;

2.º Vogal suplente: Josué Augusto Falcão Bettencourt Pinto, Técnico Superior do Gabinete Jurídico e do Cidadão, sede da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, IP.

O presidente do júri será substituído nas suas faltas ou impedimentos pelo 1.º vogal efetivo.

#### 10 — Métodos de Seleção

Verificada a urgência na ocupação efetiva dos referidos postos de trabalho, e dada a necessidade de uma rápida conclusão do procedimento concursal, nos termos do n.º 4 do artigo 53.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, com a redação dada pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, será utilizado apenas um método obrigatório e um facultativo.

#### 10.1 — Assim será utilizado o seguinte método obrigatório:

Avaliação Curricular, conforme prevista nos artigos 6.º e 11.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de fevereiro, com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 145/2011, de 6 de abril;

10.2 — A Avaliação Curricular visa analisar a qualificação dos candidatos, designadamente, a habilitação académica ou profissional, percurso profissional, relevância da experiência adquirida e da formação realizada, tipo de funções exercidas e avaliação de desempenho obtida.

10.3 — Os candidatos que obtenham uma valoração inferior a 9,5 valores no método de seleção obrigatório consideram-se excluídos do procedimento, não lhes sendo aplicado o método facultativo.

10.4 — O método de seleção facultativo consiste na entrevista profissional de seleção, a realizar nos termos do artigo 13.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro.

A entrevista profissional de seleção visa avaliar, de forma objetiva e sistemática, a experiência profissional e aspetos comportamentais evidenciados durante a interação estabelecida entre o entrevistador e o entrevistado, nomeadamente os relacionados com a capacidade de comunicação e de relacionamento interpessoal.

10.5 — A ponderação do peso de cada método de seleção na nota final é a seguinte:

- a) Avaliação Curricular — 70 %;
- b) Entrevista Profissional de Seleção — 30 %.

10.6 — As atas do júri, designadamente, aquelas de que constem os parâmetros de avaliação, a ponderação de cada um dos métodos a utilizar, a grelha classificativa e o sistema de classificação final, serão facultadas aos candidatos, sempre que solicitadas.

10.7 — A classificação final dos candidatos expressa-se numa escala de 0 a 20 valores, em resultado da média aritmética ponderada das classificações quantitativas obtidas em cada método de seleção, considerando-se excluído o candidato que tenha obtido uma valoração inferior a 9,5 valores em cada um dos métodos e na classificação final.

10.8 — A lista unitária de ordenação final dos candidatos será publicada no *Diário da República* e disponibilizada na página eletrónica deste Instituto, após homologação.

#### 11 — Igualdade de oportunidades no acesso ao emprego

«Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição da República Portuguesa, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.»

#### 12 — Publicitação na Bolsa de Emprego Público

Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterado pela Portaria n.º 145/2011, de 6 de junho, o presente aviso será publicitado na Bolsa de Emprego Público ([www.bep.gov.pt](http://www.bep.gov.pt)), na página eletrónica da ARS Lisboa e Vale do Tejo, I. P. ([www.arslvt.min-saude.pt](http://www.arslvt.min-saude.pt)), e em jornal de expansão regional, por extrato.

8 de abril de 2013. — O Vogal do Conselho Diretivo da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P., Dr. Pedro Emanuel Ventura Alexandre.

206892578

#### Deliberação n.º 947/2013

Nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 35.º e do artigo 36.º do Código do Procedimento Administrativo e no âmbito das competências referidas na alínea a) do n.º 2 do artigo 3.º e do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 22/2012, de 30 de janeiro, bem como o uso das competências conferidas pelo n.º 3 do artigo 21.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de fevereiro, alterada e republicada em anexo do Decreto-Lei n.º 105/2007, de 3 de abril, alterada pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, e alterada pelo Decreto-Lei n.º 5/2012, de 17 de janeiro, pelo Decreto-Lei n.º 123/2012, de 20 de junho, e pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, alínea f) do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, e artigos 109.º e 110.º do Código dos Contratos Públicos.

Tendo ainda por base o Decreto-Lei n.º 21/2007, de 29 de maio, o artigo 6.º do Despacho Normativo n.º 51/2008, de 15 de setembro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 190, de 1 de outubro de 2008, os artigos 13.º e 14.º do Decreto-Lei n.º 22/2012 e o Despacho n.º 251/2013, de 17 de janeiro, o conselho diretivo da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P. (ARSLVT, I. P.), delibera delegar no chefe da Equipa Multidisciplinar da Coordenação Regional da Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências (CRICAD), da ARSLVT, I. P., licenciado Joaquim Manuel Costa Fonseca, as competências para a prática dos seguintes atos quanto ao serviço da Sede e quanto às Unidades de Intervenção Local (UIL), no âmbito desta ARS:

Unidade de Alcoologia de Lisboa;  
Comunidade Terapêutica do Restelo;  
Unidade de Desabilitação Centro das Taipas;  
Centro de Respostas Integradas de Lisboa Oriental;  
Centro de Respostas Integradas de Lisboa Ocidental;  
Centro de Respostas Integradas do Oeste;  
Centro de Respostas Integradas da Península de Setúbal;  
Centro de Respostas Integradas do Ribatejo.

Assim:

1:

a) Autorizar, nos termos da lei, deslocações em serviço e visar os respetivos boletins itinerários a remeter mensalmente ao DRH da ARSLVT, I. P.;

b) Autorizar a inscrição e participação dos profissionais em congressos, reuniões, seminários, colóquios, cursos de formação ou outras iniciativas semelhantes que decorram em território nacional;

c) Justificar ou injustificar faltas;

d) Autorizar o gozo e a acumulação de férias e aprovar o respetivo plano anual;

e) Autorizar o gozo de férias anteriores à aprovação do plano anual;  
f) Dinamizar o sistema de avaliação do desempenho dos trabalhadores (SIADAP) da sua área de intervenção, garantindo a aplicação uniforme daquele, com exceção da presidência do conselho coordenador de avaliação e homologação das avaliações, que estão conferidas ao presidente do conselho diretivo, nos termos do n.º 5 do artigo 58.º e alínea e) do n.º 1 e 3 do artigo 60.º do Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, alterada pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro;

g) Instaurar processos de inquérito e disciplinares, nos termos artigo 13.º do Estatuto Disciplinar dos Trabalhadores que Exercem Funções Públicas, aprovado em anexo pela Lei n.º 58/2008, de 9 de setembro, e prorrogar os prazos previstos no n.º 1 do artigo 39.º, no n.º 1 do artigo 54.º e no n.º 2 do artigo 68.º;

h) Autorizar os trabalhadores a comparecer em juízo quando requisitados nos termos da lei de processo;

i) Autorizar a realização de despesas com a aquisição de bens de consumo e prestação de serviços, nos termos do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, e alínea f) do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com observância das formalidades legais, até ao montante de € 200;

j) Dirigir a instrução dos procedimentos administrativos no âmbito das suas áreas de intervenção, emitindo os despachos correntes necessários ao seu normal desenvolvimento, nomeadamente solicitar a outros serviços as informações necessárias;